

# Sumário

Número de notícias: 10 | Número de veículos: 8

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Desenrola: falta de acesso preocupa..... 2

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Marinho defende nova contribuição sindical..... 4

FOLHA ONLINE - SP  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Quase metade das emendas de senadores aumenta alíquota da Reforma Tributária (Reforma tributária)..... 6

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Mais da metade do DF no vermelho..... 8

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Conflito deve inspirar mais cuidado com juro..... 10

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
ECONOMIA

Câmbio pode ter reflexos se guerra envolver mais países..... 12

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Corte de 0,5 ponto "tem sido adequado", diz Galípolo..... 14

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Guerra faz petróleo subir mais de 4%..... 15

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Sociedade sustenta ineficiência pública (Artigo)..... 16

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO  
SEGURIDADE SOCIAL

Emprego surpreende, mas ritmo de expansão deve cair (Editorial)..... 17

# Desenrola: falta de acesso preocupa

## JOÃO SORIMA NETO

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, lançou ontem em São Paulo a plataforma de renegociação do Desenrola Brasil. Ele afirmou que a principal preocupação da pasta é que as pessoas tenham acesso ao site [www.gov.br](http://www.gov.br) nesta fase do programa para renegociar suas dívidas.

Para acessar o Gov.br é preciso ter nível de certificação prata e ouro, o que garante maior segurança às operações. Segundo o ministro, 44% das pessoas elegíveis ainda não têm esses níveis de certificação - estão classificadas no nível bronze, o que não permite acesso à plataforma.

Outros 13% não têm qualquer tipo de certificação. Ou seja, 57% dos endividados não podem acessar a plataforma.

Haddad disse que o governo está preocupado justamente com esses 13%, já que são as pessoas que podem ser as mais vulneráveis, que mais precisam do programa.

O esforço, disse ele, é para que 100% das pessoas elegíveis sejam beneficiadas.

-Nosso objetivo com essa divulgação é fazer com que essas pessoas saibam como proceder para limpar seu nome e voltar ao mercado de consumo e de crédito. Todas as plataformas, os credores, as empresas de proteção de crédito, todo mundo vai tentar entrar em contato com essas pessoas para que elas possam se valer do programa. Quanto mais divulgarmos os procedimentos, melhor será o resultado - disse Haddad, lembrando que aqueles que não têm os níveis ouro e prata terão de fazer um upgrade no Gov.br para ter acesso à plataforma.

**DESCONTO MÉDIO DE 83%** Segundo o ministro, 42% das pessoas elegíveis já têm acesso ao Gov.br nos níveis prata e ouro.

Pelo menos 32 milhões de pessoas com dívidas são elegíveis ao Desenrola.

De acordo com o Ministério da Fazenda, as dívidas de até R\$ 5 mil, que englobam a fase atual do programa, somam R\$ 13 bilhões. O governo vai garantir parte delas por meio do Fundo de Garantia de Operações (FGO). Já foram disponibilizados R\$ 8 bilhões.

Quem tem dívidas deve acessar a plataforma para encontrar a proposta dos credores. E pode aceitar ou não a oferta. Os descontos em média são de 83%, mas podem chegar a 99%. A prestação mínima é de R\$ 50, e o parcelamento máximo é de 60 meses.

Se o devedor aceitar a proposta, pode fazer um empréstimo pela plataforma no próprio banco ou pagar à vista.

O financiamento terá juros de até 1,99% ao mês.

As propostas de descontos e parcelamento ficarão disponíveis na plataforma por 20 dias. Nesta primeira fase, pelo menos 8 milhões de CPFs serão contemplados, disse Haddad.

As dívidas com parcelamento são dinâmicas e, depois desse prazo, haverá uma nova tranche de propostas para quem não foi contemplado nesta primeira lista.

Segundo o ministro, 21 milhões de pessoas se enquadram na faixa 1, ou seja, têm dívidas de até R\$ 5 mil e ganham dois salários mínimos ou estão no CadÚnico.

Outras 11 milhões poderão se valer do desconto, mas com financiamento próprio ou pagando à vista. São pessoas que têm débitos entre R\$ 5 mil e R\$ 20 mil.

O ministro afirmou que é positivo que a maior parte dos devedores já esteja na plataforma (86%), mesmo não tendo nível ouro e prata, o que indica que ela é "amigável".

-São pessoas que foram negativadas desde a pandemia, não tiveram ajuda do governo e agora têm a oportunidade de um final de ano mais folgado - afirmou Haddad.

Ele disse que, mesmo se a pessoa não se enquadrar no Desenrola, poderá aproveitar os descontos que estão sendo oferecidos pelos credores - mas terá de pagar à vista.

Haddad lembrou que, além do Desenrola, as discussões sobre como reduzir os juros do rotativo do cartão de crédito fazem parte desse esforço de reorganização das finanças dos brasileiros com o nome negativado. Ele disse que a nova plataforma também traz conteúdo de educação financeira para tentar evitar que as pessoas caiam de novo no endividamento.

**EFEITO NO PIB** O ministro disse que a lei do Desenrola fixou teto de 100% ao ano para os juros do cartão de crédito, se instituições financeiras, Banco Central, empresas de maquininhas e varejo não concorda tem em uma forma de baixar os juros até o fim do ano. A taxa anual do rotativo passa de 400%.

Para o economista-chefe da agência de classificação de risco Austin Rating, Alex Agostini, é importante resgatar linhas de crédito para a população que está negativamente.

Esse público corresponde a 30% da força de trabalho, que em agosto era de 108 milhões.

Agostini projeta que, considerando uma dívida média de R\$ 2,5 mil, o programa pode promover uma recuperação de crédito entre 0,5% e 1,55% do Produto Interno Bruto (**PIB**), se chegar a R\$ 10,7 trilhões este ano, conforme estima o mercado: - Uma recuperação de crédito desse tamanho para o fim do ano, quando o consumo é maior, ajuda alavancar a economia. Temos um cenário positivo com recuperação do mercado de trabalho, da massa real de salários, que cresce a 4%, 5%, nos últimos meses. E tem os juros em queda. É um contexto que deve estimular o consumo no último quarto do ano, com ajuda do 13º salário.

O economista lembra que a renda média é baixa e os brasileiros precisa de crédito: -O risco de endividamento existe, mas tudo isso faz parte do processo de educação financeira e ajuda as pessoas a tomarem consciência de não se endividarem novamente.

Saiba como se inscrever no Desenrola

O primeiro passo é ter uma conta no portal oficial do governo, o Gov.br. Como essa conta precisa ter um grau de segurança, o governo exige, no mínimo, certificação nível prata. Quem não conseguir acessar virtualmente pode fazer esse cadastro presencialmente nas agências do **INSS**.

Após o cadastro no Gov.br, o consumidor pode acessar a plataforma oficial do Desenrola pelo celular ou computador. Vai ficar vinculada ao portal, no endereço desenrola.gov.br.

Na plataforma do Desenrola, os devedores têm acesso direto às dívidas elegíveis. Ou seja, apenas aqueles débitos no seu nome que tiverem oferta de desconto pelas empresas. Se não houver ofertas, as dívidas não estarão disponíveis.

Já será possível visualizar o valor do desconto e as opções de pagamento. Uma dívida de R\$ 5 mil, por

exemplo, pode ter desconto de 70%, caindo a R\$ 1,5 mil.

Se a pessoa tiver condições de pagar à vista e com dinheiro próprio, há opções de Pix, débito automático ou boleto. O processo é rápido, segundo os técnicos, e a partir disso, o devedor já terá o nome limpo. Também será possível pagar parcelado ou fazer um empréstimo.

As dívidas renegociadas poderão ser divididas em até 60 vezes, com parcela mínima de R\$ 50 e juros de até 1,99% ao mês.

A solicitação de parcelamento será automaticamente processada e encaminhada ao banco. O consumidor vai assinar digitalmente um contrato com o banco, e o parcelamento deixará de ser intermediado pela plataforma.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Marinho defende nova contribuição sindical

**MARIANA CARNEIRO**

O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, afirmou ontem que o governo Lula não vai patrocinar a volta do imposto sindical, mas defendeu a nova contribuição aos sindicatos tanto de trabalhadores sindicalizados quanto para os não filiados.

"Não existe esse debate (da volta do imposto sindical), não tem nem a reivindicação desse debate. Quem fala isso são os "bolsominions" da vida", afirmou ao se referir ao apelido pejorativo pelo qual são chamados os apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro.

"Existe o debate sobre como criar um mecanismo em que os sindicatos possam estar autorizados a, além da mensalidade, ter outra fonte vinculada à negociação coletiva, vinculada a uma prestação de serviço. Se tiver uma prestação efetiva, por parte de sindicatos de empregadores e trabalhadores, há a possibilidade de ter a contribuição", afirmou.

O imposto sindical cobrava dos trabalhadores o equivalente a um dia de trabalho por ano, e foi extinto em 2017, com a reforma trabalhista. Desde que o Supremo Tribunal Federal (STF) autorizou a cobrança de uma taxa também de não sindicalizados, vinculada à prestação de serviços, o assunto voltou ao debate, com sindicatos cobrando novamente os trabalhadores.

Há sindicatos que tentam receber valores retroativos.

"Isso daí é coisa do Ministério Público, da polícia. (Cobrar retroativamente) é um golpe, igual a vários que têm aí na praça", disse o ministro. Ele participou ontem de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos do Senado, comandada pelo senador Paulo Paim (PT-RS).

Para o ministro, será necessário que o assunto tramite no Congresso para se definir regras sobre como será feita a cobrança, ainda que as centrais sindicais tenham proposto uma autorregulação, como mostrou o Estadão. A ideia é de que o tema faça parte de um projeto de reforma sindical, com outros pontos como a gestão e representatividade dos sindicatos.

**DIREITO DE RECUSA.** Marinho afirmou que não há a possibilidade de o governo propor o retorno do imposto sindical, como era antes, mas criticou trabalhadores e políticos que defendem a rejeição do pagamento.

"No Brasil, um acordo fechado vale para trabalhadores associados e não associados.

Não é justo que os não associados, como chupim, participem do resultado e não tenham nenhuma contribuição." Em sua decisão, o STF determinou apenas que haja a garantia de que os trabalhadores que se oponham à cobrança possam recusá-la, mas não estabeleceu de que forma isso deve ser feito. No caso do imposto sindical, o trabalhador que se recusava a fazer o pagamento tinha de apresentar uma carta ao sindicato. A medida era criticada porque retardava a recusa pelos trabalhadores.

Tramita no Senado uma proposta, relatada pelo ex-ministro Rogério Marinho (PL-RN), um dos pais da reforma trabalhista, em defesa do direito de oposição à taxa por meio eletrônico.

O projeto foi aprovado na semana passada na Comissão de Assuntos Econômicos e está em debate na Comissão de Assuntos Sociais, antes de ser levado ao plenário.

Marinho criticou o projeto do Senado, alegando que se trata de um incentivo à prática antissindical de empresas que, segundo ele, patrocinaram campanhas contra o financiamento aos sindicatos.

Regulamentação Ministro diz que é preciso que o Congresso defina como serão as regras da cobrança da taxa

Ministro quer de volta dinheiro do FAT repassado à Previdência

O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, afirmou ontem que procurou o relator da **reforma tributária** no Senado, Eduardo Braga (MDBAM), para inserir emenda que permita a redução gradual dos repasses e a devolução dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para a Previdência.

Os recursos do fundo são usados para bancar despesas como o pagamento do seguro-desemprego e também para financiar o BNDES. O ministro afirmou que a proposta prevê a redução do repasse gradativamente - e que os valores passados sejam devolvidos até 2032.

O ministro admitiu, porém, que o pedido ainda não recebeu o aval da Fazenda.

O impacto nas contas do governo pode chegar a R\$ 80 bilhões, estima ele.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Quase metade das emendas de senadores aumenta alíquota da Reforma Tributária (Reforma tributária)

**Eduardo Cucolo**

Quase metade das propostas apresentadas pelos senadores para alterar o texto da **Reforma Tributária** aprovado na Câmara se refere a **novas exceções** que aumentam a alíquota geral dos novos **tributos**.

É o que mostra levantamento feito pelo movimento Pra Ser Justo com base em 310 emendas à proposta apresentadas pelos parlamentares até a quarta-feira da semana passada (4). Desse total, 46% elevariam os **tributos**.

Na avaliação do movimento, 66% das emendas possuem teor negativo, pois prejudicam o funcionamento do novo sistema tributário, e apenas 7% (22 sugestões) foram classificadas positivas.

As outras 27% são propostas que tratam de questões políticas, como aqueles sobre o desenho do Conselho Federativo de estados e municípios.

Entre as que podem melhorar o texto da reforma estão as que tratam da avaliação de benefícios fiscais e cálculo de impacto para inclusão de novos itens na alíquota reduzida.

Há também propostas para supressão do artigo que cria contribuições estaduais sobre bens primários e semielaborados e da exclusão de agrotóxicos e pesticidas do rol de itens que podem ser beneficiados pela alíquota reduzida.

A única emenda mapeada até o momento que reduz benefícios e contribui para reduzir a alíquota geral é a do senador Weverton (PDT-MA).

Os três principais eixos são: (1) as exceções teriam alíquota reduzida em 50%, não 60%, como aprovado na Câmara; (2) exclusão de "bens e serviços relacionados a segurança e soberania nacional", como armas e munições, da lista de beneficiados; e (3) reinclusão do termo "público" na exceção para o regime referente a transporte coletivo.

O Pra Ser Justo defende também a exclusão dos "serviços de hotelaria, parques de diversão e parques

temáticos, bares e restaurantes e aviação regional" da lista de exceções.

Essas quatro mudanças ajudariam a reduzir mais de um ponto percentual a alíquota estimada em cerca de 25% pelo Ministério da Fazenda.

Os partidos com mais senadores que apresentam propostas que aumentam a lista de beneficiados são o Republicanos, o PP e o Podemos.

"Essas propostas vão no sentido de piorar o funcionamento do IVA [Imposto sobre Valor Adicionado], de gerar complexidade, falta de transparência, cumulatividade, custo mais alto. Por mais que os senadores digam que é muito importante reduzir a carga, simplificar a vida das empresas e das pessoas, na prática, o que eles estão apresentando vai no sentido oposto, de piorar a qualidade da reforma", afirma Renata Mendes, diretora e cofundadora do Pra Ser Justo.

Marina Thiago, gerente de relações governamentais e cofundadora do Pra Ser Justo, destaca que alguns senadores apresentam pedidos de exceções e, ao mesmo tempo, emendas para limitar a alíquota do IVA

"A gente vê alguns posicionamentos que são díspares. É impossível que as duas coisas aconteçam ao mesmo tempo. Para cada exceção que é colocada no texto, a alíquota base vai aumentar."

Elas destacam também que não faz sentido a inclusão nas exceções de setores que prestam serviço majoritariamente para outras empresas. Nesses casos, todo o tributo pago para elas irá gerar crédito para a empresa adquirente, o que não acontece atualmente com o ISS e PIS/Cofins cumulativo. Por isso, a redução de alíquota não tem efeito prático para essas empresas, afirmam.

Há também muitas emendas pedindo que o governo crie um benefício para empresas intensivas em mão de obra, dando a elas um crédito com base na folha de salários.

Na noite desta segunda (9), o número de emendas já chegava a 375. A apresentação de sugestões deve se intensificar nos próximos dias, dada a expectativa de apresentação de um novo texto da reforma pelo senador Eduardo Braga (MDB-AM), relator da proposta no Senado, na próxima semana.

A reforma cria dois IVAs: uma contribuição federal (CBS) e um imposto estadual/municipal (IBS) sobre bens e serviços. A soma das alíquotas dos dois é estimada em 25%, sendo que alguns produtos e serviços terão redução de 60% (10%, nesse caso) e outros serão isentos ou terão sistema diferenciado de recolhimento.

**Site:**

**<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/10/quase-metade-das-emendas-de-senadores-aumenta-aliquota-da-reforma-tributaria.shtml>**

# Mais da metade do DF no vermelho

**MILA FERREIRA**

Levantamento do Serasa revela uma realidade alarmante no Distrito Federal. Mais da metade dos brasilienses está inadimplente. Os dados são de agosto deste ano e mostram um total de 1.278.676 pessoas endividadas na capital do país, o que representa 52,45% da população. O número cresceu 8% em relação a agosto de 2022, quando era de 1.181.898. O cartão de crédito é o campeão na lista dos gastos que mais deixam as finanças dos habitantes do DF no vermelho (veja quadro). Economistas ouvidos pelo Correio ponderam que programas como o Desenrola Brasil e o Programa de Incentivo à Regularização Fiscal do DF (Refis) podem ajudar a afrouxar o cinto, mas o consumidor precisa se planejar melhor e manter a disciplina para que a situação não fuja do controle. O economista César Bergo avalia que o índice de inadimplentes no Distrito Federal é preocupante.

"É alarmante, sobretudo se formos considerar a renda per capita do brasiliense, que é a maior do país. Educação financeira e planejamento é fundamental. É importante preparar o orçamento familiar incluindo tudo, inclusive supérfluos como festas de aniversário.

Quem quer pagar dívidas e poupar, é preciso cortar despesas ou, se for o caso, até mesmo reduzir o padrão de vida. O mais importante é disciplina e planejamento familiar", aconselha.

## Negociação

A auxiliar de serviços gerais Maria da Conceição Braga, 38 anos, é um exemplo de brasiliense que não se planejou e acabou se endividando por causa do cartão de crédito. Ela deve R\$ 3 mil.

Há dois anos, ela não usa mais cartão de crédito e vai aderir ao programa Desenrola Brasil para resolver sua situação junto à instituição financeira. "Aprendi a lição.

Agora, estou sonhando em limpar meu nome", declara.

Maria planeja aderir ao programa Desenrola Brasil na segunda fase, que vai atingir pessoas físicas com renda de até R\$ 20 mil e dívidas em banco sem limite de valor. A segunda etapa do programa teve início ontem, com descontos médios de 83%, que somam R\$ 126 bilhões e poderão beneficiar 32 milhões de pessoas.

Plataforma para renegociação de dívidas negativadas bancárias e não bancárias - como conta de luz, água, varejo, educação, entre outras - de pessoas que ganham até dois salários mínimos ou que estejam inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do governo federal (CadÚnico) foi aberta ontem.

"O Desenrola vem preencher uma lacuna de uma necessidade da população de baixa renda endividada.

Do ponto de vista prático, o programa vem dando bons resultados, propiciando renegociação em situação de taxa de juros menores, o que vai possibilitar a regularização das contas de muitas famílias. Além de limpar os nomes junto aos órgãos de controle e restrição do crédito, o programa possibilita que as pessoas voltem ao mercado de consumo e adquiriram novos créditos em situações mais vantajosas. Isso faz com que a economia se movimente", analisa o economista César Bergo.

Para o economista Roberto Bocaccio, o cartão de crédito é um vilão. "Depois de um certo ponto, acaba ficando inviável pagar. As pessoas se tornam inadimplentes e, quanto mais tentam negociar, mais difícil fica a quitação das dívidas.

Há uma certa irresponsabilidade também por parte das instituições financeiras que concedem crédito e oferecem até mesmo sem as pessoas pedirem, elevando limites muitas vezes sem a solicitação do cliente", avalia. "Para as instituições, é vantajoso ter inadimplentes, porque os bancos ganham muito dinheiro com juros altíssimos e as pessoas acabam se tornando reféns", conclui.

## Novo Refis

O Governo do Distrito Federal (GDF) também vai oferecer uma oportunidade para os brasilienses regularizarem **tributos** devidos ao Executivo local, como ICMS, ISS, IPTU, IPVA, ITBI, ITCD, TLP e débitos de natureza tributária e não tributária devidos ao DF e às suas autarquias, fundações e entidades equiparadas. Trata-se do Programa de Incentivo à Regularização Fiscal do Distrito Federal (Refis). O projeto que institui o Refis foi aprovado na última terça-feira na Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) e aguarda sanção do governador Ibaneis Rocha (MDB). O prazo para a adesão vai da data da sanção até o dia 10 de novembro.

A empreendedora Adriana Ribeiro, 37 anos, vai

recorrer ao Refis para regularizar o pagamento do IPVA do carro e também da moto do marido. No total, o casal está devendo cerca de R\$ 1,3 mil. "Meu filho teve um problema de saúde e eu tive que sair de um trabalho com salário maior para fazer home office e ganhar menos.

Aí as dívidas acumularam", conta.

Adriana conta que a mudança de emprego somada à pandemia de covid-19 fez com que a renda da família diminuísse muito.

"Ficou inviável continuar pagando as parcelas de todas as dívidas que tínhamos feito. Tudo se acumulou.

Antes, eu conseguia pagar IPVA direitinho.

Mas, neste ano, as contas ficaram ainda mais apertadas e mal está sobrando para pagar os boletos mais urgentes", lamenta.

O economista Roberto Bocaccio alerta que a população precisa ficar atenta com as obrigações financeiras.

"Programas como o Refis pode ter um caráter deseducativo e induzir o cidadão a ficar inadimplente à espera de condições mais favoráveis ao pagamento das dívidas. Pode criar um mau hábito por parte do contribuinte", criticou.

"O ideal é que esses programas sejam mais seletivos e mais esporádicos", sugeriu.

Endividamento familiar

Segundo a Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), apurada mensalmente pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), o percentual de famílias que afirmam ter dívidas a vencer nas diferentes modalidades de crédito cresceu 0,6 ponto percentual em setembro, representando 75,3% das famílias no Distrito Federal. "A queda na taxa de **inflação** e o retorno de pessoas ao mercado de trabalho formal nos últimos meses se apresentam insuficientes para reverter o cenário de inadimplência, face aos juros elevados e à maior quantidade de dívidas a vencer, impondo às famílias dificuldade de quitar os compromissos", analisa o presidente do Sistema Fecomércio-DF, José Aparecido Freire. "A melhora na renda, no emprego, a redução das taxas de juros e o programa de renegociação de dívidas certamente possibilitarão uma redução na inadimplência e a reinserção no mercado de crédito e consumo daqueles que hoje estão impossibilitados de honrarem seus compromissos", conclui Aparecido.

Tira dúvidas

É importante entender a diferença entre endividado e inadimplente. Endividados são aqueles que assumem compromissos financeiros futuros, como compras parceladas ou empréstimos. Inadimplentes são aqueles que não conseguiram honrar os compromissos assumidos.

**Site:**

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/10/10/all.pdf>

# Conflito deve inspirar mais cuidado com juro

**Alex Ribeiro**

Os ataques do Hamas a Israel elevem inspirar mais cautela na política monetária, em meio ao ciclo de corte de juros e a desafios para o governo implementar os seus planos fiscais. Mas será preciso observar o desenrolar do conflito para mapear os possíveis impactos na economia.

"O ambiente não é favorável para cortar mais os juros, é para fazer menos", afirma o ex-diretor do Banco Central e sócio da Panamby Capital Reinaldo Le Grazie. "Isso já valia para antes, com a alta dos juros das Treasuries [títulos do Tesouro americano], e os acontecimentos do fim de semana só reforçam essa leitura."

Economistas ouvidos pelo Valor dizem que o conflito representa um típico choque de oferta, que pode nos afetar pela alta de preços do petróleo e pela aversão a risco, que pressiona a cotação do dólar. As consequências prováveis são aceleração da inflação e redução do crescimento. A extensão do choque, porém, depende dos desdobramentos no Oriente Médio e no resto do mundo.

"Se ficar circunscrito à Palestina e a Israel, tem um custo humanitário alto, mas os impactos na economia global tendem a ser menores", diz o economista Livio Ribeiro, da consultoria BRCG e do Ibre/FGV. "Se o conflito incluir outros atores, como o Irã, as repercussões serão maiores."

O receio é que o conflito afete a exportação de petróleo de países da região. Existem suspeitas de que o Irã tenha ligações com os ataques, o que, se confirmado, poderia levar a mais rigor no cumprimento das sanções aplicadas pelos Estados Unidos. O conflito é uma ameaça à aproximação entre a Arabia Saudita e Israel, que poderia levar a um relaxamento dos cortes de produção impostos pela Organização dos Países Produtores de Petróleo (Opep).

"Tenho dificuldades em ver esse conflito restrito a Israel e Palestina", diz Le Grazie. "Temos uma situação geopolítica complexa, e o resultado disso para o mundo não é bom. Significa mais inflação e menos atividade econômica."

O canal de transmissão desse choque ao Brasil é o preço dos ativos - e, de forma um pouco surpreendente, a reação ontem do mercado não foi tão negativa. A cotação do dólar iniciou o dia pressionada,

mas depois houve algum alívio. Houve um certo recuo na curva de juros futuros.

Alguns operadores do mercado atribuíram a relativa calma ao fato de que o real está se tornando, de forma crescente, uma moeda atrelada ao petróleo - ou seja, quando preço sobe, o país ganha mais nas suas crescentes exportações do produto.

Ribeiro pondera, porém, que nem sempre a moeda brasileira responde com valorização a uma alta de preços de commodities. "Se o preço do petróleo sobe sem o aumento da aversão ao risco, por ajuste de oferta e de demanda, a moeda tende a se valorizar", diz. "Mas, se acontece num cenário de aversão a risco, esse canal sobre a moeda tipicamente é mais intenso do que o canal das commodities." Um operador pondera que a aversão ao risco, num primeiro momento, pode ajudar mais do que atrapalhar. Nessas situações, investidores procuram aumentar a sua exposição em títulos americanos. Será preciso ver como vão se comportar os Treasuries de 10 anos - um dos principais focos de pressão no mercado desde o começo de agosto - na reabertura do mercado após o feriado de "Columbus Day" nos EUA.

Os juros futuros no Brasil caíram, e na teoria isso não deveria ter ocorrido. Em um ambiente de aversão a risco, o efeito negativo do aumento de prêmio para aplicar no Brasil eleve prevalecer sobre um eventual efeito positivo da queda dos juros das Treasuries. Mas o Brasil, afirma um operador, pode estar mais protegido porque os seus juros estão muito altos, já que nas últimas semanas o mercado retirou da curva parte da precificação de baixas da Selic.

A postura mais austera do BC brasileiro, que tem alertado para o risco de o agravamento da situação internacional limitar as baixas da Selic, pode também ter ajudado a conter os impactos negativos.

Enquanto isso, os mercados estão reduzindo as chances de uma alta de 0,25 ponto percentual nos juros americanos na reunião do Federal Reserve (Fed) de novembro. A leitura geral é que os Estados Unidos não iriam apertar ainda mais a política monetária em meio a uma nova guerra.

Essas são, porém, as primeiras reações do mercado. Em termos práticos, afirma um ex-diretor do Banco Central, será preciso acompanhar a evolução da cotação dos preços do petróleo e da taxa de câmbio, de um lado, e das bolsas, do outro, para entender

melhor os impactos em termos de **inflação** e atividade.

Num mundo puramente ideal, os BCs-inclusive o do Brasil - deveriam acomodar esse choque. Ou seja, permitir que a **inflação** fique temporariamente mais alta, combatendo apenas os chamados efeitos secundários, ou a contaminação de outros preços.

Porém, para agir com toda essa flexibilidade, depende da credibilidade de cada BC. O espaço não é tão restrito quanto era quando estourou a guerra da Ucrânia, no ano passado. Naquele momento, a **inflação** caminhava na casa dos dois dígitos. Ajuda o fato de que os BCs já subiram bastante os juros. Mas a margem de manobra não é tão grande porque a luta contra a **inflação** muito alta não está completa e deverá levar alguns anos.

**Site:** <https://valor.globo.com/impresso/20231009/>

# Câmbio pode ter reflexos se guerra envolver mais países

**Anaís Fernandes e Marcelo Osakabe**

O conflito entre Israel e o grupo extremista palestino Hamas está no início e seus desdobramentos ainda são incertos. Por ora, segundo especialistas, os efeitos para a economia brasileira parecem limitados, mas, se a situação escalar para algo mais perene e envolvendo outros atores importantes, o Brasil pode sentir os reflexos pelos canais do câmbio, dos preços do petróleo e da aversão a risco.

O preço internacional do petróleo avançou mais de 4% ontem, com o Brent chegando a US\$ 88,2 por barril. "Tinha subido muito, bateu quase US\$ 100 o barril, mas vinha caindo bastante na semana passada. Aí, deu esse rebote, porque é uma região com muitos países produtores, e o mercado precisa colocar algum prêmio de risco", diz Anna Reis, sócia e economista-chefe da Gap Asset.

Nesse sentido, especialistas descartam paralelos com episódios como os dos anos 1970, quando Israel enfrentou vários países árabes simultaneamente, desencadeando choques do petróleo.

"A Opep [Organização dos Países Exportadores de Petróleo] tinha muito mais força à época. O preço do barril triplicou em poucos meses, de US\$ 4 para US\$ 12.

Hoje, o barril já opera ao redor de US\$ 90. Precisaria de um escalonamento muito mais grave para ter algo parecido, com o envolvimento da Arábia Saudita, Rússia e do Irã", diz Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados. Ele observa que o conflito atual, inclusive, explode em um momento em que Israel se aproxima dos sauditas.

Oscilações podem nem chegar à bomba no Brasil, acrescenta Vale, lembrando que a Petrobras mudou sua política de preços e vem absorvendo choques de curto prazo.

Ele também faz uma analogia com o conflito Rússia-Ucrânia.

"Envolveu dois importantes produtores de commodities agrícolas, fertilizantes e petróleo. Mexeu com esses preços e com o Brasil", diz. "O conflito em Gaza, enquanto estiver restrito a Israel e ao Hamas, tende a

afetar o petróleo, e no curto prazo.

A médio prazo, continuam mais relevantes questões de oferta e demanda, como o baixo reinvestimento na produção mundial." A notícia de que o grupo extremista armado Hezbollah atacou posições israelense ao norte "é ruim", diz Livio Ribeiro, sócio da consultoria BRCG e pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (FGV Ibre). Outro sinal ruim, nota, é que parece ter "algum cheiro" de envolvimento do Irã.

Uma ampliação do conflito com mais atores poderia fazer o barril a US\$ 110 se tornar piso, segundo Ribeiro. Mas ele também classifica a situação, atualmente, mais como um "ruído" para a economia global e brasileira.

O dólar, por sua vez, costuma se fortalecer em relação às demais moedas emergentes em momentos geopolíticos tensos. No entanto, fechou em leve queda em relação a várias delas, inclusive o real.

Silvio Campos Neto, sócio e economista sênior da Tendências Consultoria, diz que a reação dos mercados ontem foi "até mais tranquila do que se imaginava".

Um choque maior no preço do petróleo, no entanto, pode estancar ou reverter o processo desinflacionário global, alerta.

Ele chama atenção ainda para impactos via o canal de aversão a risco. "Pensando do ponto de vista dos emergentes, nunca é bom. Tem fuga para ativos mais seguros, desvalorização de ativos domésticos, principalmente no câmbio e, eventualmente, com fuga de capitais." Campos diz que será importante observar como os bancos centrais pelo mundo vão reagir caso o conflito se intensifique. De um lado, diz, o petróleo é um fator altista para a **inflação**. De outro, a aversão a risco pode afetar as economias negativamente. "Se a situação escalar, pode fazer os bancos centrais, eventualmente, não afrouxarem [a política monetária] agora, mas pararem de subir definitivamente os juros", afirma.

O Banco Central brasileiro vai andar "muito a reboque" disso, diz Campos. "Não creio, agora, em qualquer mudança no plano de voo", afirma. Reis também acredita que o evento é um "complicador".

"Aceleração de ritmo de cortes? Esquece para o momento.

Mas, daí a rever o espaço para cortes ou já sinalizar a Selic terminal, acho precipitado."

"A região tem muitos produtores; mercado precisa colocar algum prêmio de risco" Anna Reis

**Site:** <https://valor.globo.com/impreso/20231010/>

# Corte de 0,5 ponto "tem sido adequado", diz Galípolo

O diretor de política monetária do Banco Central, Gabriel Galípolo, disse ontem que a barra para mudar o ritmo de corte da Selic é alta, para cima ou para baixo, mas ressaltou que o cenário de **inflação** é "benigno" e que o BC analisa dados a cada reunião para ajustar os rumos da política monetária.

Ele ressaltou que o ritmo indicado de corte de 0,5 ponto porcentual nas duas últimas reuniões do Copom neste ano deve permanecer.

Galípolo participou da LiveBC, programa semanal produzido pela autarquia. "Entendemos que o passo de corte de 0,5 ponto porcentual tem sido adequado, e analisamos permanecer (com esse ritmo).

É um passo que permite ajustar o nível de contração da política monetária e ganhar tempo, observar as reações que a economia vai ter em função desses cortes", disse.

"Quando a gente diz que a barra é alta para mudar o ritmo (de cortes na taxa Selic) vale para todos os lados, para cima e para baixo. Hoje, o cenário para **inflação** é mais benigno."

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Guerra faz petróleo subir mais de 4%

O barril de petróleo avançou ontem até 4,33% como reflexo do ataque do grupo terrorista Hamas a Israel, reforçando o temor de analistas de que os bancos centrais nos EUA e na Europa tenham de elevar os juros para se contrapor a um repique da **inflação**. No caso brasileiro, a avaliação é de que o conflito representará mais um teste para a Petrobras, que deixou de seguir um modelo de correção automática de preços com base nas cotações no exterior.

O barril do petróleo WTI para novembro registrou alta de 4,33%, negociado a US\$ 86,38 na New York Mercantile Exchange (Nymex). A variação corresponde ao maior aumento nominal em seis meses, segundo a Dow Jones Newswire.

Já o Brent (referência para o Brasil) para dezembro subiu de 4,22%, a US\$ 88,15, na Intercontinental Commodity Exchange (ICE).

A Faixa de Gaza, epicentro dos confrontos que já deixaram mais de mil mortos, não é um polo indispensável na produção petrolífera. O que preocupa os analistas é o risco de a guerra envolver outros países da região. O analista de Inteligência de Mercado para Petróleo da StoneX, Bruno Cordeiro, chamou a atenção para as informações de que o Irã poderia ter tido participação na organização dos ataques.

Teerã já negou envolvimento com a investida do Hamas, mas a possibilidade de um contraataque israelense ao Irã preocupa, uma vez que o país abriga o Estreito de Ormuz - por onde passa cerca de 20% do petróleo consumido no mundo, de acordo com Cordeiro.

Também para a consultoria britânica Capital Economics, os riscos para o mercado de petróleo vão depender da duração do novo conflito e da eventual participação de outros países.

**BOLSA E DÓLAR.** Já no mercado financeiro, pela manhã houve baixa de preços das ações (as Bolsas na Europa fecharam em queda) e alta do dólar, cenário que mudou no fim do dia em parte por declarações mais amenas de alguns dirigentes do Fed (o banco central dos EUA) sobre aperto nos juros e por ganhos das petrolíferas nas Bolsas.

Acompanhando o movimento iniciado em Nova York, a Bolsa brasileira fechou em alta de 0,86%, aos 115,1 mil pontos, puxada por papéis como Petrobras ON e

PN (ganhos de 4,10% e de 4,30%, respectivamente).

Já o dólar recuou 0,62%, negociado a R\$ 5,13, depois de ter chegado a R\$ 5,18.

Caso a situação piore, analistas veem risco para os fluxos internacionais de capital, que buscariam refúgio no dólar e em títulos do Tesouro americano, dando força extra a um movimento que já vem acontecendo nas últimas semanas e que tem provocado fuga de capital dos mercados emergentes. "Estamos apenas no primeiro estágio de uma trágica crise", afirmou Michael Froman, presidente do Council on Foreign Relations.

Cenário Duração do conflito e envolvimento de outros países vão determinar novo patamar de preços

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Sociedade sustenta ineficiência pública (Artigo)

**CARLOS RODOLFO SCHNEIDER**

\* Empresário

O Brasil tem a maior carga tributária entre os países em desenvolvimento, o que potencializa o problema de má alocação de recursos. O Estado, que deveria arrecadar para servir a sociedade, cada vez mais serve-se dela. Estudos têm demonstrado que nós temos a pior relação do planeta entre **impostos** cobrados e retorno à sociedade. As despesas correntes, isto é, os gastos para manter a máquina pública, tem crescido nos últimos anos, chegando a 20% do **PIB**, forçando o aumento da carga tributária, que passou de 25% na década de 90 para a faixa de 33% a 35% nos últimos anos. Para investimentos, essenciais para o crescimento do País, praticamente não tem sobrado recursos públicos.

**Site:** <https://diariodocomercio.com.br/area-do-assinante/logar/>

O fato de o Poder Público gastar muito e gastar mal, traz outro efeito colateral. Obriga o Banco Central a manter elevadas taxas de juros para evitar a desancoragem da **inflação**. E com isso inibe o investimento privado, que é mais eficiente, e o consumo. Além de o aumento de juros limitar o crescimento, pressiona a dívida pública, o que por sua vez prejudica as avaliações de risco do País, obrigando tanto o governo como as empresas a pagarem taxas de juros mais elevadas nas captações externas. É um grande círculo vicioso que alimenta o velho conhecido Custo Brasil, que é o conjunto das ineficiências econômicas que sobrecarregam nossos agentes econômicos na competição com os pares de outros países.

Ter preocupação com a política social e com o crescimento econômico, para a geração de empregos, é proposta legítima de um plano de governo. A forma de promover as duas coisas é que faz toda a diferença. Experiências de diversos países demonstraram que a via do aumento de gastos alimentado por majoração de **tributos** tem gerado resultados muito mais tímidos e de alcance curto do que a via da redução de gastos, alicerçada em aumento de sua eficiência. A primeira alternativa é a mais fácil, mas alimenta a **inflação**, pressiona a taxa de juros, o que acaba inibindo o crescimento e prejudicando justamente os mais pobres. Os atalhos sempre parecem a solução mais simples, mas, se quisermos preparar o País para um crescimento mais robusto e consistente, temos que estar dispostos a pavimentar o nosso caminho.

# Emprego surpreende, mas ritmo de expansão deve cair (Editorial)

A resiliência do mercado de trabalho tem surpreendido desde o início do ano.

Inicialmente, os analistas davam como certo de que a melhoria seria passageira e não resistiria ao avançar dos meses. Depois se constatou que o reforço dos programas de benefícios, notadamente do Bolsa Família, poderia estar levando mais pessoas a deixar de procurar emprego, reduzindo o desemprego por conta da menor taxa de participação. A economia mais forte do que se esperava também pode ter animado o mercado de trabalho. À medida que o tempo passa, porém, parece estar havendo uma combinação de todos esses fatores, com efeito incerto ao longo do tempo.

Os dados mais recentes divulgados confirmam a manutenção da tendência de melhora do emprego. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), do IBGE, referente ao trimestre móvel terminado em agosto, mostrou uma taxa de desemprego de 7,8%, inferior ao trimestre móvel anterior, de 7,9%, e ao de igual período em 2022, de 8,9%. A taxa de 7,8% é a menor para um trimestre encerrado em agosto desde 2014 (7%) e também a menor para qualquer trimestre da pesquisa desde fevereiro de 2015 (7,5%).

Ao fim de agosto, o país tinha 8,4 milhões de desempregados, 1,3 milhão a menos do que um ano antes, ou 13,2%. É o menor contingente de desempregados desde o trimestre encerrado em junho de 2015 (8,5 milhões). A população ocupada, incluindo empregados, empregadores e funcionários públicos, somava 99,7 milhões de pessoas, mais 641 mil pessoas em um ano.

Na semana passada, o Ministério do Trabalho e Emprego divulgou que o Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) registrou a abertura líquida de 220.844 mil vagas com carteira assinada em agosto, o melhor saldo desde janeiro. No ano, o número de vagas criadas foi de 1,3 milhão.

O aumento do emprego vem acompanhado de aumento da remuneração. A massa salarial real, soma de todos os rendimentos dos brasileiros ocupados, alcançou o recorde de R\$ 288,9 bilhões no trimestre findo em agosto, maior valor da série histórica da pesquisa, iniciada em 2012. É resultado da elevação

do número de trabalhadores empregados e da expansão do rendimento médio real, favorecida pelo aumento real do salário mínimo. Já o rendimento real ficou estável no período, totalizando R\$ 2.947, com crescimento de 4,6% no ano.

Para o IBGE, o contexto econômico favorável contribuiu para a redução do desemprego, sem especificar algum fator. De fato, a economia também vem surpreendendo positivamente desde o salto de 1,9% do Produto Interno Bruto (**PIB**) no primeiro trimestre, puxado pelas atividades da agropecuária, até o crescimento de 0,9% no segundo trimestre.

Por toda parte houve revisão para cima das projeções para o **PIB** deste ano. O Ipea é o mais otimista e elevou de 2,3% para 3,3% a previsão de crescimento, número à frente até mesmo dos 3,2% estimados pelo governo e replicados pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). No mercado financeiro, a expectativa ronda os 2,9%, de acordo com o Boletim Focus. Mais comedido, o Boletim Macro FGV Ibre revisou o percentual projetado de 1,8% para 2,5%.

Segundo o IBGE, um grupo de atividades relacionadas aos serviços responde por quase 70% do aumento da ocupação até agosto, compreendendo informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas; administração pública, defesa, **seguridade social**, educação, saúde humana; serviços sociais e domésticos.

Embora a metodologia seja completamente diferente da do IBGE, que capta a ocupação formal e a informal, os dados do Novo Caged, que se referem ao trabalho com carteira assinada, também confirmam o setor de serviços como principal gerador de emprego, com 777.130 postos criados de janeiro a agosto. O segmento se beneficia do crescimento de outros setores, como o agropecuário, que estimula indiretamente a abertura de vagas em segmentos como transportes e seguros. A agropecuária propriamente dita é a que menos vagas com carteira assinada gerou neste ano até agosto, 105,4 mil, segundo o Caged.

O aumento das contratações pela administração pública, especialmente nas áreas de saúde e educação, também ampliou os números. Essas

contratações não são necessariamente formais, muitas têm caráter temporário, dependem de fatores como arrecadação e iniciativas políticas, e carecem de sustentação a médio prazo.

A melhoria do mercado de trabalho, inegável nos últimos meses, parece ter um progresso duvidoso à frente. Espera-se que tenha ficado para trás o sombrio primeiro trimestre de 2021, quando o desemprego beirou os 15%. Os próximos meses podem ser favorecidos pelas contratações sazonais de fim de ano. Mas parece pouco provável que o ano repita o feito de 2022, quando 2 milhões de vagas formais foram abertas. Para chegar lá seria necessário abrir 700 mil vagas em três meses, ritmo muito superior ao atual.

**Site:** <https://valor.globo.com/impresso/20231009/>